



192.

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração em Mandado de Segurança nº 0303511-6

Embargante: Estado de Pernambuco

Procurador: Rosana Feitosa

Embargado: Maria Oliveira Cavalcanti da Silva

Defensora Pública: Dra. Cristina Sakaki

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO HUMANO À SAÚDE. ACLARATÓRIOS INTERPOSTOS TÃO SOMENTE PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO, PORÉM, IMPROVIDOS. DECISÃO UNÂNIME.

1. Não restou configurada a ocorrência de omissão e obscuridade no aresto embargado quanto aos pontos suscitados pelo embargante.

2. A decisão vergastada abordou as questões necessárias ao deslinde da controvérsia, promovendo a análise suficiente da questão central da demanda ao pronunciar que a Carta Política vigente, que define a saúde como direito do cidadão e como dever do Estado, sentido o que pacificamente proclamado pelos Tribunais na defesa do cumprimento dos preceitos do art. 196, da CR/1988 e que asseguram aos necessitados o fornecimento pelo Estado (Estado como gênero e através da União, dos Estados e dos Municípios, mediante um sistema linear de responsabilidade solidária, onde qualquer um dos entes, tem legitimidade para o polo passivo da relação processual), dos medicamentos indispensáveis ao restabelecimento da saúde – a saúde como direito indissociável ao direito à vida.

3. Tal matéria, inclusive, encontra-se sumulada neste Egrégio Sodalício: Súmula nº 18, do TJPE - É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial – no presente caso a medicação ACLASTA (ÁCIDO ZOLEDRÔNICO), 5mg essencial ao tratamento de OSTEOPOROSE GRAVE- CID-M 81, conforme consta nos atestados médico acostados aos autos, ainda que não previsto em lista oficial.

4. Não havendo qualquer ponto sobre o qual deva pronunciar-se este Egrégio Sodalício, os aclaratórios foram conhecidos apenas



193

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

para fins de prequestionamento da matéria discutida, porém,
improvidos por unanimidade dos votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração em Mandado de Segurança nº 0303511-6 acordam os Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça, na Sessão do dia 08/10/2013, por unanimidade, em lhes acolher tão somente para fins de prequestionamento, todavia, negar-lhes provimento nos termos do relatório, votos, ementa e notas taquigráficas em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Recife, 08/10/2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



194~

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração em Mandado de Segurança nº 0303511-6

Embargante: Estado de Pernambuco

Procurador: Rosana Feitosa

Embargado: Maria Oliveira Cavalcanti da Silva

Defensora Pública: Dra. Cristina Sakaki

Relator: Dês. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração em face de acórdão que concedeu a segurança pleiteada, confirmando a liminar deferida nas fls.44/48, no sentido de determinar o fornecimento gratuito – no prazo de 48(quarenta e oito) horas -, pelo impetrado, da medicação ÁCIDO ZOLEDRÔNICO (ACLASTA), na forma prescrita pelos profissionais que o assistem.

Alega o embargante, em síntese, que os presentes aclaratórios foram interpostos unicamente para fins de prequestionamento dos dispositivos legais concernentes à matéria.

É o relatório.

Recife, 08/10/2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



195.

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração em Mandado de Segurança nº 0303511-6

Embargante: Estado de Pernambuco

Procurador: Rosana Feitosa

Embargado: Maria Oliveira Cavalcanti da Silva

Defensora Pública: Dra. Cristina Sakaki

Relator: Dês. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

Constituem os Embargos de Declaração, na forma como previsto no art. 535, I e II, do CPC, recurso cabível para atacar eventuais obscuridades, contradições ou omissões existentes na decisão embargada, sendo, em face de construção jurisprudencial, admissível contra decisões em sentido amplo.

Em regra, não possuem os aclaratórios caráter substitutivo ou modificativo do julgado fustigado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor, servindo-se tal instrumento recursal a viabilizar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

No presente caso, não vislumbro qualquer omissão a macular a decisão ora objurgada que abordou os temas centrais do direito controvertido, apontando os motivos e o arcabouço legal que embasaram a formação do juízo de convicção. Eis o teor do acórdão vergastado:

EMENTA: DIREITO HUMANO À SAÚDE. MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO PELO ESTADO (ÁCIDO ZOLEDRÔNICO - ACLASTA). DEVIDO. GARANTIA A DIREITO LÍQUIDO E CERTO. APLICABILIDADE DA SÚMULA DE JURISPRUDÊNCIA Nº 18 DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. DECISÃO UNÂNIME.

1 - A impetração possui base legal na Carta Política vigente, que define a saúde como direito do cidadão e como dever do Estado, sentido o que pacificamente proclamado pelos Tribunais na defesa do cumprimento dos preceitos do art. 196, da CR/1988 e que asseguram aos necessitados o fornecimento pelo Estado (Estado como gênero e através da União, dos Estados e dos Municípios, mediante um sistema linear de responsabilidade solidária, onde qualquer um dos



196,

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

entes, tem legitimidade para o polo passivo da relação processual), dos medicamentos indispensáveis ao restabelecimento da saúde - a saúde como direito indissociável ao direito à vida.

2 - Tal matéria, inclusive, encontra-se sumulada neste Egrégio Sodalício: **Súmula nº 18, do TJPE** - É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial.

3 - Concessão da Segurança Pretendida.

4 - Decisão Unânime.

Assim, tem-se que a matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, tanto isso é verdade que a parte interpôs os presentes aclaratórios com efeitos meramente prequestionatórios.

Em face do exposto, não havendo qualquer ponto sobre o qual deva pronunciar-se este Egrégio Sodalício, conheço dos presentes aclaratórios tão somente para fins de prequestionamento da matéria discutida, mas nego-lhes provimento.

É como voto.

Recife, 08/10/2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator